



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3162 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 22 - Educação Ambiental

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E RESISTÊNCIA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-
EPISTEMOLÓGICAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.**
Marcelo Souza Paula - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

O presente artigo discorre sobre as contribuições teórico-epistemológicas no campo da educação ambiental e da resistência para a formação crítica dos estudantes. Constitui-se num entrelaçamento desses escritos por meio de uma construção analítica da educação ambiental, sob a perspectiva crítica e tomando como base a discussão conceitual de resistência. O artigo traz ainda um recorte da história da educação ambiental no Brasil e no mundo, desde a década de 80 até aproximadamente o final da década de 2000, tecendo uma conversa com educadores renomados postulantes na trajetória da educação ambiental e com importantes documentos construídos a partir dos principais eventos ocorridos a luz desse campo de discussão. Por fim, o artigo apresenta algumas contribuições do espaço formal como estrutura basilar para a construção da concepção de uma educação ambiental crítica. Como resultados alcançados, podemos perceber o quanto os estudantes necessitam se empoderar dos conceitos de resistências como elemento complementar e indissociável na formação de uma educação ambiental crítica, possibilitando lutar por uma sociedade mais sustentável, sobretudo, no campo das desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental crítica; Resistência; Espaço formal.

INTRODUÇÃO

Para Morin (2000), a degradação do meio ambiente é um problema global, ou seja, que transpõe as fronteiras nacionais, fato este em que se prioriza um estudo da superação dicotômica entre sociedade-natureza. Afirma que a principal causa da grande crise ambiental pode ser entendida como um “paradigma de disjunção”, o qual tem regido a história mundial e o pensamento ocidental, responsável pelas dicotomias entre sociedade e natureza.

Nesse âmbito, a palavra resistência se configura como forte aliada ao combate desse caos ambiental. Esta palavra é presente em nosso dia-a-dia com vários empregos. Nos estudos dos movimentos em Física, resistência é a força que se opõe, é inércia. Num contexto de trabalho, resistência pode ser a reação em oposição à submissão.

Pode ainda ser tudo isso num conjunto de estratégias que constituam não somente uma oposição como também uma forma de enfrentamento e transformação de uma dada realidade insatisfatória, principalmente no campo ambiental. A resistência é, portanto uma ação advinda de uma ideia de oposição.

Nas instituições educacionais, resistência pode ter como emprego (ação) o enfrentamento daquilo é posto como imposição. E imposição nos remete a algo que vem previamente definido por instâncias superiores no qual se deve aceitar sem questionar. Assim, se impõem religiões, costumes, formas de pensar, se impõem formas de governo a exemplo que ocorre nos regimes ditatoriais. Sendo assim a resistência vem como a força que se opõe àquilo que é imposto. O prof. Miguel Arroyo no Encontro do Movimento Pedagógico Latino Americano salientou o papel dos educadores nesses tempos de golpe

parlamentar midiático que o Brasil vem vivenciando:

“São tempos sombrios e de resistência. A educação e os trabalhadores estão enfrentando um grande golpe. Um golpe do capital contra o trabalho. Escondido não sob as armas, mas sob a democracia, a Constituição. Tentam retirar o direito do trabalho e da cidadania. Os avanços na educação dependem dos avanços da cidadania. Quando se golpeia a cidadania, golpeia-se a educação”

Por meio desta produção, tem-se como objetivo apresentar a importância da educação ambiental pelos caminhos de uma perspectiva crítica, como instrumento basilar para a formação de cidadãos formadores de opiniões, conscientes de seus atos e resistentes a qualquer ação opressora advinda de uma sociedade que propague ações capazes de prejudicar o ambiente, tanto no seu espaço micro quanto no espaço macro.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO: CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL PARA A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE RESISTÊNCIA

A educação ambiental no Brasil tem se configurado num campo de grandes transformações, sobretudo na perspectiva crítica. Deste modo, setores da sociedade têm contribuído para que essas transformações tenham como foco a luta por um ambiente mais saudável e sustentável.

Atualmente as questões socioambientais têm sido fortemente discutidas nos diversos espaços da sociedade civil, principalmente nas ações de conscientização realizadas pelos movimentos sociais e organizações não governamentais. Estes espaços são, em sua maioria, encontrados em comunidades carentes de condições básicas para sua sobrevivência e latentes por assistências no campo educacional, cultural e de saúde públicas.

A educação ambiental não é um campo de estudo recente em nossa sociedade. Esta vem sendo discutida sobre diferentes olhares, por meio da construção de uma idéia multifacetada. A participação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento vem contribuindo de forma bastante relevante para a formação de um pensamento crítico acerca da sua trajetória. Diversos profissionais formam uma rede que visa canalizar discussões para entender as grandes transformações sofridas pelo ambiente, a partir da ação do homem.

Neste contexto, percebe-se que a questão ambiental surge a partir de uma crise social da civilização. Segundo Leff (2007), a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social.

Para o autor a imobilidade das ciências sociais deixou à margem a construção de um processo estratégico para uma relação sustentável entre o social e o natural, no campo ambiental. Assim, o ambiente, historicamente, encontra-se desconstruído de forma avassaladora, o que tem limitado consideravelmente o uso dos recursos renováveis e não renováveis na sociedade.

Um fato que evidencia o marco da crise ambiental no que concerne à utilização irracional e consumista de produtos e embalagens para atender a demanda do mercado consumidor foi a Revolução Industrial do Século XVIII. Esta, iniciada na Inglaterra através da mecanização do sistema de produção, associado a um grande crescimento populacional, gerou uma maior demanda de produtos e mercadorias. Neste sentido, no processo de industrialização do planeta fica estabelecida uma crise ecológica que destrói o ambiente, colocando em risco a sobrevivência da diversidade dos sistemas vivos, afetando, sobretudo, o próprio homem.

Em face de toda problemática abordada, surge a necessidade de instituir uma linha de discussão pautada nos interesses de mudança no comportamento da população no tocante a sua formação socioambiental, tal qual na obra Terra-Pátria (2001), onde Edgar Morim propõe a reformulação do pensamento para a compreensão da crise planetária que se instalou na Terra. Contudo, a Educação Ambiental aparece como necessidade primordial para a mobilização das ações relacionadas à ética e à cidadania ambiental.

Historicamente, essas mobilizações tem sedimentado um caminho de lutas e resistências contra toda e qualquer tentativa de desconstrução de um pensamento crítico ambiental, sendo este capaz de romper com ações que possam colocar o ambiente vulnerável e provendo nossa sociedade a um colapso total.

A década de 80 não trouxe grandes considerações no campo das discussões e acordos para o desenvolvimento da sustentabilidade e da consciência socioambiental. Segundo Medina (2008), a

década de 1980 caracteriza-se por uma profunda crise econômica que afeta o conjunto dos países do mundo. Entretanto, surge o “livro azul”, assim conhecido como a publicação da UNESCO *La Educación Ambiental: las Grandes Orientaciones de la Conferencia de Tbilisi* (1980) que, segundo Dias (2004) ainda representa uma importante fonte de consultas.

Contudo, nesta década se destaca o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, realizado em Moscou. Objetivou a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelas nações, assim como o estabelecimento de ações nesse campo temático. No entanto, chegou-se à conclusão de que a EA deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões (Dias, 2004).

A década de 90 se projeta como marco político através da conferência Rio Eco 92. Sua intenção era introduzir a ideia de desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. A Carta da Terra se comporta como um dos documentos produzidos pelo encontro como de maior relevância, considerando seu teor de comprometimento e complexidade junto à sociedade. Estabelece os princípios fundamentais para a construção de um mundo justo, sustentável e pacífico. Ela procura identificar os desafios e escolhas críticas para a humanidade enfrentar o século XXI.

Consolidando a década de 90 como também importante momento histórico para a busca da construção de uma sociedade sustentável, surge o Protocolo de Kyoto. Esse Protocolo teve como objetivo firmar acordos e discussões internacionais para, conjuntamente, estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, além de criar formas de desenvolvimento de maneira menos impactante àqueles países em pleno desenvolvimento.

A I Conferência de Educação Ambiental de Brasília registrou relevante documento para essa trajetória, por meio da Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, contando com subsídios gerados por grupos de trabalhos durante a conferência. Na Grécia, foi realizada Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade. Esta contou com representantes de organizações governamentais, intergovernamentais, não-governamentais e sociedade civil de mais de 83 países.

Considerando a cultura como força inexorável para a construção da identidade de um povo considerando que a língua portuguesa se propaga pelas diversas culturas existentes em diferentes países com a mesma base de compreensão, surge uma força que se congrega por uma iniciativa dos países lusófonos sobre o compartilhamento de ideias, reflexões e métodos de ação para a construção de uma educação ambiental transformadora. Nesse contexto, a década de 2000 se destaca pelo I Encontro Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia, em Santiago de Compostela, o qual contou com representantes de todos os países lusófonos com o objetivo de refletir e debater sobre a contribuição da educação ambiental para a promoção de sociedades sustentáveis.

Neste mesmo ano é realizado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em Erechim, o IV Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental. Importante espaço para as discussões, em especial a socialização de experiências bem sucedidas realizadas em todo o país no campo da conservação dos Recursos Hídricos.

Sob o contexto internacional, importante evento marca a discussão ambiental ainda na primeira década do Século XXI. Trata-se da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climática, em Copenhague, realizada em 2009. Reunindo líderes de todo o mundo, a referida conferência apresentou como meta a definição do comportamento dos países para a diminuição do aquecimento global.

CONTRIBUIÇÕES DO ESPAÇO FORMAL PARA A FORMAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Embora se tenha clareza da necessidade do tema extrapolar os muros da escola, de forma a envolver a sociedade como um todo, tanto civil quanto governamental, não se pode negar as contribuições do campo formal, complementar e indissociável, para o desenvolvimento de um cidadão crítico e consciente de sua atuação no ambiente em que vive. Este fato tem possibilitado aos estudantes desenvolverem em sua formação acadêmica certa capacidade na tomada de decisões, especialmente nas ações conscientes, para uma relação sustentável homem x natureza.

Para Tozoni-Reis (2004, p. 147), a educação ambiental é uma dimensão da educação, sendo uma atividade da prática social. Nesta perspectiva, o espaço formal tem apresentado um campo sedimentado para a formação de uma educação ambiental crítica. Nesse processo há uma preocupação com o desenvolvimento do conhecimento reflexivo, visando privilegiar a leitura crítica do mundo e o papel social do indivíduo.

Cabe destacar as contribuições de Paulo Freire que, ao longo de toda a sua trajetória, buscou em sua defesa uma concepção crítica-dialógica. Esta se materializa na construção de um pensamento crítico e reflexivo, permeados por um processo dialógico. Esse processo se contrapõe a neutralidade e visa à valorização do conhecimento prévio dos estudantes, no qual trazem consigo informações relevantes que servirão como fonte indissociável para a construção de novos saberes. Para ele, o diálogo é uma forma inesgotável de interação de saberes e deve ser estruturado a partir de uma pedagogia da problematização.

Assim, essa relação traz princípios básicos para toda e qualquer possibilidade de construção de um caminho que tenha como ponto de chegada a formação de um pensamento democrático e crítico. Desta forma, embora Freire não possua estudos específicos no campo ambiental, percebe-se o quanto suas contribuições teórico-epistemológicas perpassam por este contexto, pois o mesmo acredita no ser humano como ser histórico-social.

LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.64, apud COSTA; LOUREIRO, 2017, p. 117, sintetiza a Educação Ambiental Crítica buscando três situações pedagógicas:

a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionamentos sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza, e, em seu interior, da condição humana.

Diante do exposto pode-se perceber que as situações pedagógicas apresentadas perfazem um caminho que devem ter conexão com a construção crítica na formação dos estudantes, pontos considerados fundamentais para formação de uma propositiva de resistência na perspectiva das lutas a serem travadas num contexto sociambiental.

A partir dessas discussões faz-se relevante realizar uma tessitura acerca da importância do processo interdisciplinar, numa convergência com a educação ambiental. Nota-se que este é basilar para a construção de uma visão holística, visto encontrar-se consolidada na integração dos diferentes campos de saberes. Desta forma:

A interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Busca-se a expressão dessa interdisciplinaridade pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação pela qual se desvela a realidade e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada. (FREIRE, 1993, p. 114, apud COSTA; LOUREIRO, 2017, p. 116, 117)

A interdisciplinaridade contesta o pensamento fragmentado que poderá resultar numa práxis pedagógica vazia e ineficaz. Esta por sua vez, produzirá uma educação incapaz de estabelecer conexões com formação de um sujeito crítico e consciente, e, sobretudo não atuante em todos os espaços que a educação ambiental demandar uma participação de lutas e resistências.

Contudo, essa participação somente produzirá efeitos quando sedimentada por meio de um pensamento crítico, sendo este um elemento essencial na formação de uma sociedade capaz de resistir às injustiças sociais e ambientais. Neste aspecto, a sociedade precisa defender as populações mais desfavorecidas e desprovidas de condições mínimas ambientais para sua sobrevivência. Costa; Loureiro (2017, p. 114) relata ainda que Freire evidencia uma educação de resistência que não tolera a exploração dos subalternos.

Pelos caminhos desse contexto, pode-se destacar que a educação ambiental crítica busca extrair essas populações da condição de oprimidos, por meio da emancipação social e educacional. Desta forma, essa emancipação deve possibilitar uma transformação social como ato de libertação.

Assim, o papel da interdisciplinaridade somente produzirá esses efeitos quando entendida como elemento simbiótico na construção da proposta político-pedagógica a ser apresentada pelo espaço

formal. Posto isto, a escola deverá conceber uma proposta curricular convergente com uma concepção crítica, capaz de favorecer um processo emancipatório.

Convém reforçar o importante papel do professor num processo incessante de resistência à escola reprodutivista, sobretudo, tomando como base quando essa reprodução levar a cabo os interesses da classe dominante, pois a escola precisa atender às necessidades de todas as classes, não obstante a serviço de uma pequena parcela da sociedade. A respeito da escola reprodutivista, Fleuri (2013), no documento do MEC intitulado: Elementos para a fundamentação epistemológica e teórico-metodológica da Matriz de Referência da prova docente destacam em sua reflexão que:

A escola transmite a ideologia da classe dominante através das matérias como Estudos Sociais, História, Geografia que inculcam crenças na desejabilidade das estruturas sociais existentes, bem como através do ensino técnico pertinente à racionalidade industrial, como Ciências e Matemática. A ideologia atua também por meio de processos discriminatórios que induzem as pessoas das classes à subordinação e as pessoas da classe dominante a desenvolver habilidades de comando (BRASIL, 2013, p. 30, 31).

Desta forma, podemos evidenciar que escola e professores devem caminhar alinhados por uma pedagogia crítica, cuja formação dos estudantes deve estar pautada nos princípios de uma educação libertadora, para possibilidade de tomada de decisões na sociedade em vivem, pois o princípio deve ser de uma escola laica e linear com todas as classes sociais.

À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil casos como o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco, o golpe parlamentar de 2016, as dificuldades de estabelecer uma relação harmônica entre homem e natureza para as questões socioambientais, são alguns dos vários exemplos de que a sociedade e o espaço formal precisam estar atentos as formas de resistências e ao caos social que assola nossa sociedade.

Numa perspectiva intercultural, é preciso aprender com os povos indígenas e descolonizar a concepção de que os recursos naturais são inesgotáveis, onde a relação da sociedade com a natureza não entrará em colapso, nas próximas décadas. Como bem diz o Prof. Reinaldo Matias Fleuri (2017), no artigo “Aprender com os povos indígenas”, devemos escutar e compreender como os povos indígenas relacionam-se com a natureza, aprendendo a respeitar e usá-la de forma racional.

No campo formal, as escolas devem constituir-se como um dos principais espaços para a formação crítica dos estudantes, principalmente na elaboração de um currículo voltado para a construção de uma ideologia de lutas e resistências, visando o enfrentamento às grandes desigualdades socioambientais.

Contudo, urge uma grande necessidade para que a sociedade busque o empoderamento dos conceitos de resistências em todos os âmbitos, na perspectiva de conceber uma sociedade menos excludente e preconceituosa, visando sobretudo, uma relação mais sustentável, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Elementos para a fundamentação epistemológica e teórico-metodológica da Matriz de Referência da prova docente**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**, Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Educação Ambiental: A responsabilidade individual para uma sociedade sustentável**. Educação Ambiental em Ação, nº. 27, 2009.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. **A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica**. R. Katál, Florianópolis, v. 20, n. 1. P. 111-121, jan./abr. 2017.

DIAS, Genebaldo Freire – Ph.D. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Aprender com os povos indígenas**. R. educ. Públ. Cuiabá, v.26, n. 62/1, p. 277-294, maio/ago.2017

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 4 ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MEDINA, Nana Minnini. **Breve Histórico da Educação Ambiental**. Disponível em [file:///C:/Documents/20and/20Settings/Marcelo/Desktop/Artigos/20EA20Mestrado/artigo/20nana.htm](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Marcelo/Desktop/Artigos/20EA20Mestrado/artigo/20nana.htm). Acesso em 25/05/18.

MORIN, E. **Epistemologia da complexidade**. In: Schnitman, D. F. (org.) Novos Paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre, Artmed, 2000.

TOZONI-REIS, M. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2004.